



Trump: quando o excesso de pressão vira tiro pela culatra

A dura queda de braço do Brasil com os EUA no tarifaço

Talvez o Brasil sonhasse ter a disposição para a briga e a resistência financeira da China na briga que o país comprou com os Estados Unidos quando Donald Trump revolveu elevar tarifas para pressionar o país. Na ocasião, em 2025, os dois países ficaram se retaliando mutuamente. Os EUA primeiro taxaram a China em 10%. Os chineses responderam. A briga escalou para 25%. As sobretaxas chegaram a ultrapassar os 100%. Os dois países acabaram fazendo um acordo. No caso brasileiro, o país vai à Organização Mundial de Comércio (OMC) discutir o tarifaço de Trump. Ao mesmo tempo, tenta reduzir o impacto da medida norte-americana. Trump reclama de práticas desleais brasileiras, mas a balança comercial é amplamente favorável a seu país, um superávit acumulado de US\$ 9,4 bilhões. É onde, portanto, suas ações podem virar um tiro pela culatra.

Pouca motivação econômica

A cada dia aumenta mais dentro dos próprios Estados Unidos a sensação de que os tarifaços que ele impõe – e não apenas sobre o Brasil – têm motivação unicamente política. Porque se de fato a intenção fosse proteger a economia norte-americana de supostas práticas desleais, o caminho adotado força os países a buscar alternativas econômicas para depender menos dos Estados Unidos. Assim, a relação comercial com o país governado por Trump diminui. Se o país encontrar alternativas, resolve seu problema.

CÂMARA DE COMÉRCIO DE DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL BRASIL-CHINA



Governo e Apex ajudam setores a participar de feiras

5,6 mil empresas brasileiras afetadas

E quem, afinal, corre o risco de se prejudicar são os EUA. O Correio Político teve acesso a detalhes da estratégia que agora o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) desenvolve em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil) para tentar contornar o tarifaço. Segundo o MDIC, as medidas impostas pelos EUA afetam diretamente 5,6 mil empresas brasileiras. O plano de ajuda aos diversos setores some R\$ 210 milhões e já atingiu 5,3 mil dessas empresas.

Busca de mercados alternativos

Mas, para além disso, o que pode dar resultado importante é a busca de mercados alternativos. O governo identificou 35 setores estratégicos considerados prioritários na busca por esses novos mercados. E há um trabalho direto com eles que vem sendo feito especialmente pela Apex em parceria com as instituições que representaram os produtores e grupos empresariais no sentido de aproximar novos mercados.

Reuniões

Estão disponíveis, então, 2,3 mil vagas para promover reuniões de negócios com compradores internacionais. A Apex faz essa intermediação. Empresas interessadas ficam isentas de qual taxa de participação e aquelas mais impactadas pelas medidas norte-americanas têm prioridade. Tais reuniões podem ser tanto presenciais como virtuais.

Feiras

Há ainda 1,4 mil vagas para participação em 82 feiras internacionais de negócios. Tais feiras, que também poderão reunir outros países impactos pelas medidas impostas por Donald Trump, focam 18 mercados alternativos aos Estados Unidos. Há 258 ações sendo desenvolvidas nos países de todos os continentes.

Pelo mundo

A maior parte das ações acontece na América Latina: 85. Em seguida, vem a Europa: 77. Na Ásia, são 46. Somente Canadá e México, na América do Norte, responder por 23 ações. Na África, são 16. E no Oriente Médio, 16 ações. Os setores estratégicos considerados prioritários vão desde commodities até diversos produtos industrializados.

Cachaça a pneu

Há desde cachaça até equipamentos eletrônicos. Álcool, alimentos, autopeças, calçados, cerâmicas, dispositivos médicos, cosméticos, fármacos, máquinas e equipamentos, mel, móveis, pedras preciosas, rochas naturais, plásticos, vinhos e espumantes, madeira, pneus, papel, aço, embarcações, portas e dobradiças.

Nos EUA

Toda essa estratégia, no entanto, não elimina o foco no próprio mercado norte-americano. A estratégia também busca manter a promoção comercial dos produtos brasileiros dentro dos Estados Unidos. Até porque há vários setores da economia dos EUA que hoje reclamam e vêm sofrendo com o tarifaço de Donald Trump.

Inflação

O principal ponto desde o início questionado internamente nos EUA é que o tarifaço produz internamente inflação. Produtos que os EUA importam entram na cadeia produtiva de seus próprios produtos. Se por um lado Trump impacta e pressiona a economia dos países que quer atacar, por outro a virulência do seu ataque se volta contra ele.



STF determinou que tribunais devolvam os valores que foram pagos

STF manda suspender pagamentos acima do teto

Decisões atingem sete tribunais com pagamentos até R\$ 554 mil

Por **Beatriz Matos**

Pagamentos que chegaram a mais de meio milhão de reais em um único mês levaram o Supremo Tribunal Federal (STF) a apertar o cerco contra os supersalários no Judiciário. Decisões assinadas nesta quarta-feira (12) pelos ministros Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes, Flávio Dino e Cristiano Zanin determinaram a suspensão imediata de verbas indenizatórias pagas fora das regras estabelecidas pela Corte. As medidas alcançam magistrados ativos, aposentados e pensionistas de sete tribunais.

A lista inclui os Tribunais de Justiça de Goiás, Maranhão, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia e Distrito Federal. Em julho, os presidentes dessas Cortes já haviam sido obrigados a entregar ao Supremo informações detalhadas e folhas de pagamento de abril a julho. A análise revelou, segundo as decisões, “inúmeras verbas pagas em desacordo” com as regras fixadas pelo STF.

Os números ajudam a dimensionar o problema. No Rio Grande do Norte, um magistrado aposentado recebeu R\$ 554,8 mil em abril e R\$ 544,8 mil em maio. No

Distrito Federal, uma magistrada recebeu R\$ 490,6 mil em maio. Em Goiás, nove magistrados superaram R\$ 200 mil em abril e outros 130 magistrados e pensionistas receberam mais de R\$ 100 mil. Em Rondônia, aproximadamente 90% dos magistrados ultrapassaram R\$ 100 mil naquele mês.

Para Tattiana de Navarro, advogada tributarista e sócia do escritório Oliveira Navarro, o problema está na forma como determinadas parcelas são classificadas. “O teto continua eficaz para a maioria das carreiras, o que ocorre no Judiciário é a erosão da base de cálculo pela requalificação de parcelas indenizatórias”, afirma.

Já Thiago Massicano, sócio do Massicano Advogados, avalia que o limite perdeu força na prática. “A eficácia do teto constitucional, hoje, é praticamente decorativa”, diz. Segundo ele, valores tão elevados são alcançados pela soma de gratificações, auxílios, retroativos e conversões em dinheiro de benefícios acumulados.

O Supremo já havia estabelecido, em julgamento realizado em março, limites para as verbas indenizatórias. O total pode chegar a 70% do subsídio.